

# O Triúnviro Representativo

TRISTÃO DE ATHAYDE

**C**ONTOU-ME um antigo ministro da Polônia em nosso país que, antes de partir para cá, desejou ter uma noção do que pensavam seus compatriotas sobre nossa terra. Perguntou a alunos de uma escola primária, de um colégio secundário e de uma Faculdade Superior. Os primeiros só sabiam que era um vago país da América: Os segundos lhe responderam ser um país onde houvera um imperador, parece que Dom Pedro. Os últimos disseram-lhe ser o Brasil a pátria de certo grande homem, chamado Ruy Barbosa.

Não sabiam provavelmente quem fôra. Mas sabiam que existira. Era o único brasileiro cujo nome alcançara aquelas remotas paragens. Quando uma personalidade chega a ser representativa de um país, para universitários que nada mais sabem de positivo sobre êsse país, é que alcançou uma notoriedade para lá de tôdas as contestações.

Quais os homens mais representativos do Brasil em face da opinião pública estrangeira? Creio não errar reduzindo a três nomes — Pedro II, Rio Branco e Ruy Barbosa. Pedro II, como expressão do passado político europeu, projetando-se na América até quase o fim do século XIX. Rio Branco, como delimitador pacífico das nossas fronteiras e consolidador do prestígio internacional do Brasil republicano. Ruy Barbosa como símbolo da nossa cultura. Dos três, o único que deve a sua glória a um renome de caráter intelectual é o que neste momento estamos comemorando, no primeiro centenário do seu nascimento.

Não quero dizer, com isso, que a consagração de Ruy Barbosa, como uma das três figuras mais simbólicas da civilização brasileira, tenha feito cessar a polêmica em torno do seu nome, que sempre o acompanhou, dos bancos escolares até à posteridade. Seu temperamento, eminentemente combativo e solitário, contribuiu fortemente para que em torno do seu nome houvesse sempre duas facções — os partidários e os adversários. Êsse homem, que foi sempre um apóstolo das soluções jurídicas para os dissídios entre os homens e as nações, sempre se manteve também inclinado à luta e participando dela, com destreza e extrema pugnacidade. Sendo assim, viveu sempre entre amigos e inimigos, entre endeusadores de sua glória e negadores pertinazes do seu mérito. Ainda hoje, há quem o considere um escritor medíocre, e sem originalidade, um político vacilante, um liberal anacrônico ou um conservador social impenetrável às grandes transmutações institucionais do nosso tempo, apegado a um formalismo jurídico ultrapassado. Não cessou nem cessará jamais a polê-

mica em torno do seu nome. Difícil é, pois, dizer, o que pensou sobre êle a sua geração, a minha geração e o que neste momento pensam as novas gerações.

Creio que há três tipos de temperamento político inassimiláveis à figura moral de Ruy Barbosa: os conservadores, os realistas e os radicais e reacionários.

Tanto em sua geração como na minha ou nas que estão surgindo, neste momento, os que combateram em vida e ainda hoje os que o vêem com fortes restrições são os que o acoimam de demagogo, de utopista ou de hesitante.

Os conservadores o acusam de demagogo. Os realistas o acusam de utopista. Os radicais ou reacionários o acusam de hesitante, de moderado, de oportunista e de liberal burguês. Êsse câro de acusações contraditórias nos ajuda a compreender a figura complexa dêsse grande brasileiro, cujos ensinamentos continuam hoje mais vivos do que nunca e reforçados, como os de Joaquim Nabuco, pela experiência da história. Se em vida houve entre os dois antigos colegas e contemporâneos atritos de vocação e temperamento, de idéias políticas e de famílias de espírito — Ruy Barbosa, encarnação viva do romanismo, jurídico, satírico e militante; Nabuco encarnação do helenismo, estético, filosófico e afetivo — estão cada vez mais unidos, na posteridade, à medida que o tempo vai fazendo ressaltar a comunidade de valores pelos quais se bateram e a sua precariedade em face das ameaças crescentes das novas forças da barbaria e destruição.

Antes de considerarmos, porém, a evolução dos juízos da posteridade a seu respeito, bem como os valores que êle representa para nós, neste momento, comecemos por ver alguns aspectos capitais da personalidade fascinante dêsse triúnviro supremo da nossa civilização incipiente e ainda tão precária.

Ruy Barbosa foi um homem público, cujas facetas de espírito e de atuação, por serem de uma variedade e de uma riqueza extraordinárias, sempre prestaram flanco a que os adversários o acoimassem de contraditório. Bem se conhecem as defesas que contra essa acusação, várias vêzes repetida, sempre fêz. Suas aparentes e apregoadas contradições não eram senão a constante preocupação de evitar os fanatismos exclusivistas e de procurar a conciliação entre tendências opostas, para o bem comum. Eis como em 1892, logo após a sua reeleição para o Senado, se dirigia em agradecimento ao eleitorado baiano que o reelegera por esmagadora maioria, apesar da condenação do próprio arcebispo primaz, para quem Ruy Barbosa

ainda era apenas o homem do "O Papa e o Concílio" e da separação da Igreja do Estado.

"A minha reeleição, pois, é a sagração popular do meu precedimento pela vossa autoridade. Nem eu nem vós transigimos; porque vós sempre estivestes comigo e eu convosco. Eu não precisava de ouvir-vos para saber que serieis necessariamente pela liberdade, contra a violência, pela Constituição contra a ditadura. A Bahia sempre foi liberal na sua índole conservadora, sôlidamente conservadora no seu liberalismo. Ora, a minha linguagem, sob a República, tem sido sempre repassada nesses sentimentos. Conciliação, assimilação, conservação: eis a fórmula constante do meu programa... Sempre entendi que, indiferente ao bramir dos sectários, às suas ineptas teorias, devíamos evitar o exclusivismo isolador... e promover a fusão política de concórdia e fecundez. Sempre entendi que os homens novos da revolução não deviam condenar à invalidez as antigas capacidades nacionais, experimentada pelo império... Condenei invariavelmente o exclusivismo suspicaz, o monopólio das camarilhas jacobinas, a divisão da família brasileira em vencedores e vencidos". (*Ruy Barbosa* — *Obras Completas*, volume XIX, 1892, tomo II, páginas 79-81).

Na hora em que o mundo moderno pratica exatamente o oposto do que sempre foi a política patrocinada e seguida por Ruy Barbosa, de concórdia e de composição entre o progresso e a tradição, na hora em que tudo no horizonte nos fala da ruptura entre vencedores e vencidos, entre oriente e ocidente, entre classes e nações, entre amigos e inimigos, é útil reler profissões de fé humanas e cristãs como essa.

Ela não impediu que Ruy Barbosa fôsse um autêntico homem de ação. Podia-se mesmo dizer que foi, acima de tudo, um homem de ação.

Se entre as várias facetas de sua personalidade, começo por destacar a sua vocação ativa e militante não é por amor ao paradoxo. Não nego que Ruy Barbosa aparece ao público, principalmente como um homem de estudo. Não nego que um dos motivos prováveis dos seus malogros em política ativa tenha sido o pêso de sua cultura. "Ses alles de géant l'empêchent de marcher", como ao albatroz de Baudelaire.

Mas o estudo, a que desde menino se dedicou, na cidade do Salvador, sob a direção do pai e dos primeiros mestres como o professor Ibirapitanga, com uma vocação e um zêlo que jamais arrefeceram até a morte, nunca se desenvolveu em Ruy Barbosa como um fim em si. Sua finalidade

foi sempre a comunicação, a participação, a aplicação de tudo aquilo que incessantemente absorveu a vida inteira, nas bibliotecas que deglutiou. Sua paixão era o fórum, era o comício, era a praça pública, era o parlamento. Tinha o temperamento impetuoso do homem de ação. Lia para falar. Falava para convencer. Escrevia para defender ou atacar. Estudava para atuar. Não era um especulativo, um metafísico, um contemplativo. Era um combatente. Era um homem público. Era um advogado, mais que um jurista. Era um parlamentar, mais que um publicista. Era um jornalista mais que um doutrinário. Como espírito de remota ascendência espiritual romana, vivia voltado para os seus semelhantes, para os negócios públicos, para os acontecimentos políticos e sociais. Sua obra ficou, até certo ponto, prejudicada por êsse caráter pragmático que sempre imprimiu a tudo o que fez. Não deixou um tratado de direito definitivo, como os de Lafaiete ou de Carvalho de Mendonça. Não deixou um livro chave, como "Os Sertões", como "Minha Formação", como "Memórias Póstumas de Braz Cubas", como "Iracema" ou "Espumas Flutuantes". Não foi o homem de um grande livro, de um grande romance, de um poema famoso ou de um tratado definitivo. Foi o homem que disseminou em milhares de fôlhas, — hoje reunidas gradativamente nos futuros 150 volumes de suas *Obras Completas*, que a iniciativa do Sr. Gustavo Capanema e o zêlo de um Américo Lacombe estão conseguindo fazer vir a lume — uma cultura e sobretudo uma ilustração, que jamais ficaram estagnadas em sua memória ou condenadas numa só obra representativa. Um dos exemplos que Ruy Barbosa continua a dar às gerações de hoje é precisamente essa sua constante participação nos acontecimentos político-sociais do seu tempo. Podendo ser um homem fechado em seu gabinete, com os instrumentos maravilhosos de trabalho de que dispunha, uma memória de anjo, uma leitura vastíssima, uma disciplina de trabalho incomparável, uma pureza de costumes ilibada, uma inteligência vasta e aguda ao mesmo tempo, uma biblioteca sempre renovada — jamais se furtou aos grandes deveres das horas agitadas que o seu país viveu, em sua vida. Tudo nêle acabava em ação. Tudo nêle tendia à ação. Foi um homem essencialmente dinâmico e goethiano. Foi um homem tipicamente moderno, extrovertido, participante e pugnaz. No extremo oposto a Machado de Assis, seu êmulo e rival no bastão de príncipe das letras do seu tempo. Daí a falta de afinidade entre ambos, a despeito das palavras de veneração pronunciadas pelo sobrevivente junto aos despojos daquele que dez

anos antes do que êle, em 1839, nascera para a futura glória suprema das letras, no subsolo mais humilde da mestiçagem carioca. Ruy Barbosa, homem de todos os contrastes, soube louvar, junto aos restos mortais de Machado de Assis, a harmonia, a timidez, a brandura, a serenidade, flores de um temperamento diverso do seu.

“Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar, sem rival entre os contemporâneos, da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza no conhecer e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte sem deixar de ser bom. . . Eu não fui dos que o respiraram de perto. Mas, homem do meu tempo, não sou estranho às influências do mal e do bem, que lhe perpassaram no ar. Numa época de lassidão e violência, hostilidade e fraqueza, de agressão e de anarquia nas coisas e nas idéias, a sociedade necessita futuramente, por se recobrar, de mansidão e energia, de resistência e conciliação. São as virtudes da vontade e do coração as que salvam nesses transes.

Ora, dessas tendências que atraem para a estabilidade, a pacificação e a disciplina, sobram exemplos no tipo desta vida extinta e ainda quente”.

Eram dois extremos, que se admiravam sem se tocar muito de perto.

Machado, o puro homem de gabinete, fazendo literatura “de câmara”, em que tôda a vida lá de fora vinha transfigurar-se no prodígio cristalino de uma frase ou na criação de um tipo literário imortal. Em Ruy, não era a vida da rua que vinha transmutar-se em palavras, no alambique da pena: eram as palavras, eram os conceitos, eram os fatos históricos, — assimilados nas memoráveis madrugadas de estudo, à luz da vela, do gás e da eletricidade, à medida que o progresso material caminhava, — que iam, depois do sol nascer, lutar nas colunas dos jornais, nas tribunas do parlamento ou nos “outos” do fôro judiciário, para disputar um pleito, conquistar a opinião pública ou lutar por alguma reforma política das instituições ou dos costumes.

(Transcrito do “Diário de Notícias” de 6-11-949).

\* \*  
\*

Já hoje ninguém mais põe em dúvida as vantagens de contar o Estado com uma equipe de profissionais altamente capacitados a desempenhar suas tarefas e responsabilidades de maneira correta, rápida e econômica. A noção de que os empregos públicos devem ser reservados para contentar protegidos, familiares de figurões sem escrúpulos, momentaneamente enfeixando nas mãos o poder de nomear ou a habilidade de fazer nomear, passou agora a constituir motivo de ridículo e repulsa, em qualquer país civilizado. Com efeito, a ausência de um sistema de provimento dos cargos públicos, que leve em conta, de primeira plana, a competência técnica e a habilitação profissional dos candidatos ao seu exercício, sôbre ser um lamentável sinal de atraso e irresponsabilidade, representa imperdoável esbanjamento do dinheiro do povo que se vê compelido a pagar caro para obter serviços de péssima qualidade. O povo, por intermédio do poderoso instrumento de que é detentor — o voto — pode e deve exigir do governo a prestação de serviços de maneira econômica e expedita. Para isso, porém, torna-se mister, em primeiro lugar, que os funcionários do Estado sejam rigorosamente selecionados, a fim de que só os competentes tenham possibilidade de ingressar e fazer carreira a serviço da Administração Pública. Entretanto — o que é ainda mais importante — faz-se indispensável que também os postos de direção, as funções que envolvem conhecimentos administrativos de alto calibre, sejam confiados a pessoas que possuam tais conhecimentos obtidos mediante uma formação profissional que devidamente as qualifiquem como administradores. (“R.S.P.” de setembro de 1949, p. 7).

\* \*  
\*

A administração pública, como conjunto de órgãos destinados a servir à coletividade, já obedece, hoje, entre nós, a um corpo de princípios que, dia a dia, mais se enraizam, a despeito das refregas que têm enfrentado. O funcionário, como delegado do poder público, é responsável pela boa marcha do setor em que emprega sua atividade e deve atuar com a preocupação exclusiva de bem servir, compenetrado de que exerce um papel relevante, por mais humilde que seja sua função. Na repartição em que trabalha, não deve estar o cidadão que pertence a um partido. Deve estar presente, apenas, o bom profissional, que coopera com os colegas de turma, que alerta o chefe para que êste acerte, que zela pelos princípios que a doutrina aconselha e a experiência aprova. Devendo o serviço público ser um compromisso e uma devoção, a atividade política não deve sacrificar a atividade funcional, pois o Governo, que é o resultado da atividade política, e que dá à Administração o programa que norteia os planos que esta estabelece para a consecução do bem-estar geral, nada mais é do que o equilíbrio, a média das aspirações coletivas. Se não aceita a orientação política do Governo, deve o funcionário público apreciá-la em ambiente próprio, destinado aos debates partidários, mas respeitá-la no setor de trabalho. (Itagildo Ferreira — “R.S.P.” de julho de 1949).